

TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEPAL • IPEA

LC/BRS/R.251

9

Trajetórias, casos nacionais de reformas econômicas e respostas à crise mundial

Sebastião Velasco e Cruz



NACIONES UNIDAS

CEPAL

ipea

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2010

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010

Tiragem: 250 exemplares

Cruz, Sebastião Velasco e
Trajetórias, casos nacionais de reformas econômicas e respostas à
crise mundial / Sebastião Velasco e Cruz. Brasília, DF: CEPAL. Escri-
tório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 9).

26p.

ISSN: 2179-5495

1. Reformas econômicas 2. Crise econômica mundial I. Comissão
Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPAL II. Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA III. Título IV. Série

CDD: 330.9

Este trabalho foi realizado no âmbito do Acordo CEPAL – IPEA.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da CEPAL e do IPEA.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

A presente publicação encontra-se disponível para *download* em <http://www.cepal.org/brasil>

Sumário

APRESENTAÇÃO

1	REFORMAS ECONÔMICAS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	7
1.1	UMA VISÃO GERAL DAS REFORMAS PARA O MERCADO.....	8
1.2	ABERTURA COMERCIAL.....	9
1.3	LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	9
1.3.1	Liberalização do regime de investimentos estrangeiros.....	10
1.3.2	Outra perspectiva. A liberalização da conta de capital.....	10
1.3.3	Liberalização do sistema de preços e salários.....	11
1.4	REFORMAS TRIBUTÁRIAS.....	12
1.5	PRIVATIZAÇÕES.....	13
1.6	REFORMA PREVIDENCIÁRIA.....	14
1.7	REFORMA DO MERCADO DE TRABALHO.....	15
2	REFORMAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES.....	16
3	IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL E O PAPEL DO ESTADO. REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA.....	19
	REFERÊNCIA.....	25





APRESENTAÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantêm atividades conjuntas desde 1971, abrangendo vários aspectos do estudo do desenvolvimento econômico e social do Brasil, da América Latina e do Caribe. A partir de 2010, os Textos para Discussão Cepal-Ipea passaram a constituir instrumento de divulgação dos trabalhos realizados entre as duas instituições.

Os textos divulgados por meio desta série são parte do Programa de Trabalho acordado anualmente entre a Cepal e o Ipea. Foram publicados aqui os trabalhos considerados, após análise pelas diretorias de ambas as instituições, de maior relevância e qualidade, cujos resultados merecem divulgação mais ampla.

O Escritório da Cepal no Brasil e o Ipea acreditam que, ao difundir os resultados de suas atividades conjuntas, estão contribuindo para socializar o conhecimento nas diversas áreas cobertas por seus respectivos mandatos. Os textos publicados foram produzidos por técnicos das instituições, autores convidados e consultores externos, cujas recomendações de política não refletem necessariamente as posições institucionais da Cepal ou do Ipea.



TRAJETÓRIAS, CASOS NACIONAIS DE REFORMAS ECONÔMICAS E RESPOSTAS À CRISE MUNDIAL

Sebastião Velasco e Cruz

1

REFORMAS ECONÔMICAS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O movimento de reformas econômicas que tomou conta dos países da periferia nas duas últimas décadas do século passado deve ser encarado como um fenômeno sistêmico: um aspecto decisivo do processo de reestruturação econômica em escala mundial que se desenvolve nesse quadro histórico. Mas não apenas isso, ele expressou igualmente a resposta dada por diferentes países aos problemas suscitados pelas situações de crises mais ou menos profundas e pela percepção por parte de suas elites dirigentes de oportunidades que se lhes abriam no novo contexto internacional. Combinação sempre diferenciada de processos sistêmicos e domésticos, as reformas para o mercado converteram-se, no período, em um imperativo do qual poucos países escaparam.

Em que consistiam essas reformas? Em que grau, em que momento elas foram plasmadas?

Para responder, ainda que brevemente, a essas interrogações, faremos uso do material elaborado em longa pesquisa comparativa coordenada pelo autor que deu origem, entre outros trabalhos, ao livro **Trajetórias. Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia** (VELASCO E CRUZ, 2007).

1.1

UMA VISÃO GERAL DAS REFORMAS PARA O MERCADO

O ponto de partida para tal exame deve ser o registro da transformação drástica verificada no discurso econômico sobre o tema do desenvolvimento no curso da década de 1980. Nesse período, o termo “causas estruturais”, antes “pedra de toque” do pensamento desenvolvimentista, conquista ampla aceitação, mas agora com novo significado. No passado, ele indicava obstáculos ao desenvolvimento que só seriam removíveis pela ação do Estado. Na nova versão, o Estado não aparece mais como instrumento hábil para superação de “entraves estruturais”, mas como parte essencial do problema. Ao interferir na operação do mecanismo de preços, o Estado é guiado pelos impulsos rentistas dos grupos sociais – aí incluídos seus dirigentes e sua burocracia –, suficientemente poderosos para impor o atendimento de suas demandas particularistas. Não se trata mais, por conseguinte, de usar o Estado para promover um projeto de desenvolvimento econômico, mas de encurtar o seu raio de ação para liberar o dinamismo que habita o mercado.

Manifestando-se já no fim dos anos 1980, aos poucos foi ganhando corpo no interior do Banco Mundial – instituição que funcionou durante todo o período como “intelectual coletivo” – a preocupação com dimensões institucionais descuradas no discurso original do “ajuste estrutural”. Mais tarde, como veremos, ela dará origem a um diagnóstico modificado e a uma “segunda geração” de reformas. No momento, contudo, vamos desconsiderar tanto as políticas de estabilização, que operam com horizonte de curto prazo, quanto as políticas voltadas para o tema geral da *governance*, para nos concentrar no núcleo duro das reformas orientadas para o mercado.

Elas compõem um conjunto de políticas setoriais interligadas, cuja coerência é dada pelo princípio geral que as informa, vale dizer, o de transferir o maior número de atividades possível para o âmbito do mercado e minimizar, até o limite, as distorções provocadas pela intervenção do Estado. Embora se apresentem como um “pacote fechado”, essas políticas não mantêm entre si relações funcionais e temporais claramente definidas. Por esse motivo, elas podem e devem ser tratadas em separado.

Assim, trataremos de caracterizar brevemente as seguintes políticas: **i)** abertura comercial e cambial; **ii)** liberalização financeira; **iii)** liberação de preços e salários; **iv)** liberalização do regime de investimento estrangeiro; **v)** privatização; **vi)** reforma tributária; **vii)** reforma da seguridade social – especificamente do sistema de aposentadoria; e **viii)** reforma das relações de trabalho.

1.2

ABERTURA COMERCIAL

A abertura comercial tende a ser vista como um dos itens mais importantes na estratégia de reformas. O princípio que a orienta é o de avançar tanto quanto possível em direção a um regime neutro de políticas comerciais, isto é, políticas que provoquem distorções mínimas nos preços relativos. Nesse sentido, as medidas que ela abrange podem ser ordenadas segundo sua importância e seu lugar em sequência temporal canônica: **i)** eliminação de cotas e vedações – produtos com importação, ou exportação, proibidas –, com uso exclusivo da tarifa aduaneira como mecanismo de proteção; **ii)** racionalização da estrutura tarifária, com redução das alíquotas nominais e da dispersão tarifária; e **iii)** redução continuada da tarifa média.

Pelo impacto distributivo que implica, a abertura comercial tende a ser considerada também como uma reforma politicamente difícil (RODRIG, 1989, p. 1-16). No entanto, é nesse terreno em que os resultados mais consistentes parecem ter sido obtidos.

1.3

LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA

Como se viu em outra parte deste relatório, o crescimento das economias centrais no pós-guerra se deu em um contexto institucional no qual se combinavam um regime favorável à liberalização gradual das trocas comerciais e em um sistema monetário e cambial que buscava evitar a ocorrência de crises pelo controle dos fluxos de capital.

Sob a vigência desse sistema, os países da periferia puderam implementar, sem grande contestação externa, políticas de desenvolvimento baseadas na proteção do produtor local, no controle do câmbio e no manejo do mecanismo do crédito – financiamento segundo as prioridades do plano, tabelamento de juros, crédito subsidiado.

Tudo isso começa a mudar quando o governo Nixon decreta unilateralmente a inconvertibilidade do dólar e, pouco depois, a adoção do regime de câmbio flutuante. A partir daí, sob o impulso da criação de novos instrumentos de crédito e das políticas de desregulamentação generalizadamente aplicadas nos países capitalistas desenvolvidos, desenvolve-se o processo que iria culminar na globalização financeira dos nossos dias (HELLEINER, 1994). Nesse novo contexto, os mecanismos de controle usualmente empregados nos países periféricos passam a ser condenados com argumentos econômicos e mesmo morais.

O processo de liberalização financeira a que assistimos desde então nesses países tem duas faces intimamente interligadas: interna e externa. Além da desregulamentação da atividade bancária, ela envolve também a diversificação e a internacionalização do mercado de capitais, com a liberalização do regime de câmbio como parte constitutiva desse processo.

1.3.1

Liberalização do regime de investimentos estrangeiros

Na ordem econômica que vemos nascer depois da Segunda Guerra, os Estados davam tratamento distinto às empresas, sem nenhum acanhamento, segundo a origem – nacional ou estrangeira – delas.

A partir do início dos anos 1980, esse estado de coisas começa a mudar. A liberalização dos regimes de investimento estrangeiro passa a constar do programa de reformas econômicas, recomendado aos países em desenvolvimento e como item de negociação internacional no âmbito do antigo GATT¹ e da sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem assim como nos tratados de integração econômica regional, como o North American Free Trade Agreement (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e outros fóruns. Envolvendo vasta gama de matérias, que se espalham por vários capítulos dos acordos em negociação – medidas comerciais relacionadas com investimentos, compras governamentais, mecanismos de resolução de conflitos –, o movimento em prol de um regime internacional de investimento estrangeiro tem como horizonte a criação de um espaço econômico global governado pelo mercado em que a utilização de predicados políticos para qualificar agentes econômicos perde todo o sentido.

1.3.2

Outra perspectiva. A liberalização da conta de capital

Liberalização do sistema de crédito, do mercado de capitais, do regime de câmbio e do regime de investimento externo. É possível tratar do conjunto desses elementos como aspectos de um único fenômeno: a liberalização da conta de capital. É o que fazem Nancy Brune e Geoffrey Garret em texto apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa), em agosto de 2001, intitulado “The Political Economy of Capital Account Liberalization”. O artigo historia o debate que vai culminar na vitória dos argumentos favoráveis à abertura da conta de capital e procura avançar na análise estatística dos determinantes das políticas de liberalização nesse campo. Mas – é aí que reside o nosso interesse – para fazer isso os autores foram levados a construir um “índice de abertura da conta de capital”.

1 Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio – em inglês: General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

Trabalhando com o **Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restriction**, publicação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que fornece dados sobre as políticas nessa área para 173 países de todo o mundo, os autores constroem um “índice de abertura da conta de capital” com base em nove categorias de transações, a saber: **i)** pagamentos por transações invisíveis; **ii)** rendas decorrentes de transações invisíveis; **iii)** controles sobre transações de mercado de capitais no país; **iv)** controles sobre transações de mercado de capitais no exterior; **v)** controles sobre operações de crédito no país; **vi)** controles sobre operações de crédito no exterior; **vii)** controles sobre investimento estrangeiro direto e imobiliário no país; **viii)** controles sobre investimento direto e imobiliário no exterior; e **ix)** controles sobre as disposições e a operação das instituições comerciais e de crédito. Cada categoria é codificada em termos binários: fechada – casos em que ocorrem restrições significativas; aberta – casos em que o contrário se verifica. Atribuindo pontos a essas variáveis, os autores obtêm, por fim, um índice geral com espaço de pontuações possíveis que vai de zero (inteiramente fechada) a nove (inteiramente aberta). Com base nesses critérios, os autores pontuam os 173 países cobrindo um período de 27 anos (de 1973 a 1999).

Ainda que a operação de converter dados descritivos em índices numéricos contenha sempre um elemento expressivo de arbítrio e que, por isso, seus resultados devam ser encarados com máxima cautela, vale a pena registrar os resultados principais do exercício: **i)** os países ricos são os que apresentam maior abertura na conta de capital; **ii)** esses países começaram a abrir suas contas de capital nos anos 1970, o que só vai acontecer na década de 1990, entre os países de renda baixa ou média; **iii)** houve amplo movimento de abertura da conta de capital na América Latina nesse período, ao contrário do que se deu no Oriente Médio e na África do Norte; **iv)** na África subsaariana, os controles sobre a conta de capital tendem a ser fortes, mas alguns países (Congo, Uganda, Quênia e Zâmbia) abriram suas fronteiras ao capital internacional; e **v)** a China e a Índia mantêm restrições sobre todos os tipos de transações monitoradas pelo FMI (BRUNE; GARRET; GUISSINGER; SORENS, 2001, p. 12-13).

1.3.3

Liberalização do sistema de preços e salários

Mercados são sistemas de coordenação *ex post* de decisões tomadas isoladamente por multidões de agentes econômicos ligados entre si por cadeias de interdependência, o que assegura esse feito é o funcionamento do mecanismo de preços.

Nem sempre, contudo, a solução produzida por intermédio desse mecanismo atende ao que é tido, em sociedades dadas, como de “interesse social”. Este “interesse” pode ser definido em termos de



ideais de justiça, ou em termos político-econômicos – por exemplo, o propósito de alterar a composição de fatores produtivos que caracteriza a economia em dado momento, em um processo cumulativo ao longo do qual esta venha a se tornar mais rica, mais competitiva e menos vulnerável. Animados por esse ou aquele objetivo – via de regra por uma combinação deles –, os Estados nunca permitiram que o mecanismo de preços atuasse em todos os mercados livremente.²

Válida em termos gerais, essa proposição é mais verdadeira ainda para os países da periferia. Aqui – por muito tempo –, a norma foi a do Estado ativo, o qual, operando tipicamente em quadro de graves problemas sociais e sendo informado muitas vezes por visão determinada de futuro, interfere propositadamente nos preços para tornar possível a consecução de fins definidos.

Um dos ingredientes do pacote de reformas para o mercado é o estabelecimento de regras para evitar que isso aconteça. Liberação geral de preços e salários. Como nem sempre isso é possível, pois os mercados são imperfeitos e não raro ganham feição de monopólio, a diretriz passa a ser a de restringir ao mínimo os casos em que o controle de preços é dado como aceitável.

1.4

REFORMAS TRIBUTÁRIAS

Presença obrigatória no rol das políticas de liberalização econômica, a reforma tributária é também o componente menos preciso e mais controverso do pacote de reformas. É que a tarefa de redesenhar o sistema tributário põe o legislador ante o desafio de harmonizar objetivos contraditórios e acomodar interesses conflitantes que atravessam o conjunto da sociedade. Por esse motivo, ao contrário do que acontece em outras matérias, não vamos encontrar aqui há um modelo bem definido, de validade supostamente universal. Em vez disso, o que obtemos são algumas diretrizes de caráter geral, como sejam as de buscar a simplificação do sistema, evitar a tributação em cascata, desonerar a produção, reduzir as alíquotas e ampliar a base tributária. Além disso, alguns preceitos característicos como a redução das taxas marginais de imposto sobre a renda das empresas e dos indivíduos.

2 Por vezes, a intervenção nesse campo se dá por demanda dos próprios capitalistas, os quais, depois de inúmeras tentativas infrutíferas, recorrem ao Estado para resolver problemas de coordenação que resultam em prejuízos para todos em determinados setores de atividade. Foi esse o caso do movimento pela regulação de várias indústrias nos Estados Unidos no início do século XX. Uma sugestiva interpretação histórica do movimento pela “racionalização da indústria” pode ser encontrada em Gabriel Kolko (1963); para uma análise rigorosa dos dilemas que impelem os capitalistas a essa atitude confrontar John R. Bowman (1989).

1.5 PRIVATIZAÇÕES

Ente intrinsecamente contraditório, em sua dupla qualidade de centro de acumulação de capital e instrumento de política de governo, a empresa pública surge como uma anomalia no quadro do liberalismo econômico. Nem por isso deixa de ocupar lugar importante nas economias capitalistas realmente existentes. Seja como resultado de ações de resgate de setores em crise financeira profunda, seja por ter sido considerada a melhor solução institucional para segmentos em que as externalidades são elevadas e a tendência ao monopólio é muito aguda – caso dos serviços de utilidades públicas, por exemplo; seja ainda porque constava – como exigência republicana ou “socialista” – do programa de partidos políticos em acentuada ascensão, o certo é que a figura da empresa pública tornou-se, depois da Segunda Grande Guerra, um dos traços definidores da chamada “economia mista”.

Na experiência dos países periféricos, a esses motivos se adicionaram outros ainda, típicos de sua condição: i) a necessidade sentida de implantar indústrias cujos elevados requerimentos em termos de mobilização de capital e tempo de maturação dele excediam de longe a capacidade dos grupos locais e não logravam atrair o interesse do investidor estrangeiro – caso da siderurgia no Brasil e em tantos outros países; e ii) o imperativo político de conter em certos limites o capital estrangeiro na economia do país ou – no caso de vários países na Ásia – de reforçar a posição econômica de grupos nativos *vis-à-vis* as minorias étnicas que tradicionalmente controlaram o comércio e a indústria – minorias chinesas –, ou mesmo a adoção de modelos de desenvolvimento inspirados na industrialização soviética, baseados no planejamento central e na preponderância clara do Estado em todos os campos da economia.

No ambiente criado pelo movimento em prol da liberalização econômica nesses países, a figura da empresa estatal esteve sob forte ataque desde o início. Contra ela foram levantados argumentos de ordem diversa, não raro contraditórios: focos de ineficiência econômica; ameaça à empresa privada por sua tendência à diversificação; um dos principais fatores responsáveis pelo déficit público. Para todos e para cada um desses problemas há uma solução ideal: a transferência do controle dessas empresas ao setor privado. Na impossibilidade prática – política e/ou econômica – de realizar esse programa em toda a linha, abertura do capital das empresas controladas pelo governo e a adoção de padrões empresariais de operação e financiamento – desvinculação do orçamento do governo; contratos de gestão, entre outras fórmulas. Mas essas medidas são propostas como soluções transitórias: o objetivo final continua sendo a privatização plena.

1.6

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Teoricamente, em condições muito específicas, o mercado assegura a exata remuneração devida aos fatores que intervêm na vida econômica. Como mercadoria fictícia, porém, um deles – a força de trabalho – apresenta esta particularidade perturbadora: ela é indissociável de seu detentor, de suas disposições pessoais e de seu ciclo biológico. A economia capitalista de mercado pressupõe, portanto, a solução não mercantil de dois problemas: a motivação disciplinada do trabalhador e a garantia de sua subsistência antes, durante e ao término de sua vida ativa.

Para fazer face ao primeiro desses problemas, os capitalistas inventaram inúmeros dispositivos, combinando em dosagens diferentes incentivos positivos e negativos de distintos tipos, mas assentados todos na ameaça de demissão como *ultima ratio*. Historicamente, as primeiras tentativas de responder ao segundo previam a mobilização de recursos de ordem moral: i) junto ao próprio trabalhador – autocontrole, frugalidade, cuidado de si e de seus dependentes; e ii) aos grupos mais favorecidos da sociedade – caridade cristã traduzida em ações filantrópicas. Mas a inadequação dessa resposta cedo se tornou patente. A filantropia viola o pressuposto da autonomia e da igualdade entre os indivíduos.³ Quanto às exortações ao comportamento previdente por parte do trabalhador, elas desconhecem a verdade sociológica de que o horizonte temporal dos indivíduos varia em função da segurança de suas condições de existência. Por tais motivos, o Estado foi levado, cada vez mais amplamente, a assumir a responsabilidade por aquele problema, estabelecendo sistemas de pensões para pessoas idosas.

Não apenas nos países capitalistas avançados: na América Latina, onde em uma ou outra de suas versões o sistema de seguridade social foi adotado nas décadas de 1920 e 1930; e na África do Norte (Argélia, Egito e Marrocos), onde os programas abrangentes de proteção social datam da década de 1950. Na África subsaariana e na Ásia, os sistemas de seguridade são mais seletivos e mais recentes.

Excetuadas as antigas colônias britânicas, várias das quais mantiveram até recentemente o sistema dos *provident funds* (cada trabalhador dispõe de uma conta, cujo valor reverte a ele quando as condições previstas para esse fim são preenchidas), o sistema básico na maioria dos países seguia e continua seguindo o tipo da repartição com benefícios definidos. Mas já há algum tempo esse quadro vem mudando: alimentado pelas projeções sombrias quanto à viabilidade financeira a longo prazo desse modelo e inspirado na reforma empreendida pioneiramente pelo Chile em 1981, ganhou corpo nas duas últimas décadas forte movimento em prol da transição para sistemas de seguridade social baseados nos princípios da capitalização, da administração privada e

3 Ainda no fim do século XVIII, um autor justamente famoso propunha elaborado sistema de proteção social e calculava o número de homens na Inglaterra que, depois de 50 anos de idade, “*may feel it necessary or comfortable to be better supported than they can support themselves, and that not as a matter of grace and favor, but of right*”. E fazia questão de insistir: “*This support [...] is not of the nature of a charity, but of a right*” (PAINÉ, 1969, p. 264-265).

da contribuição definida. Ao ser encampada pelo Banco Mundial, essa tese acabou por se converter em nova ortodoxia, embora encontre forte resistência nos Estados Unidos e em outros países centrais.⁴ Os advogados da reforma costumam revestir seus argumentos de uma roupagem técnica, mas, como no passado remoto, o que assistimos aqui também é um conflito de fundo normativo. Nas palavras de dois especialistas,

The shift from public provision of mandatory social security [...] to market provision [...] has moved the global social security policy discourse away from issues of social justice, social inclusion and equality of opportunity towards technical issues related to the demarcation of public-private financial responsibilities (DIXON; KOUZMIN, 2001, p. 54-68).⁵

1.7 REFORMA DO MERCADO DE TRABALHO

Um dos focos da crítica neoliberal ao Estado de Bem-Estar e à rigidez do mercado de trabalho reaparece no discurso sobre as reformas nos países da periferia. Aqui, como lá, trata-se de “flexibilizar” as relações de trabalho, mediante a redução dos custos de demissão, a regulamentação de contratos temporários de trabalho, a diminuição de direitos trabalhistas legalmente definidos, o estímulo à negociação descentralizada – em suma, o aumento do poder empresarial sobre a força de trabalho.

No tocante aos países estudados, contudo, as mudanças nessa área parecem ter sido lentas e limitadas. Em alguns países, a legislação de trabalho sofreu ampla reformulação, como no Chile, sob os governos militares. Mas essa não é a norma. Em geral, as reformas em matéria trabalhista têm sido poucas e de alcance bem limitado.

Isso não quer dizer que os mercados de trabalho nos países em desenvolvimento tenham se mantido imunes aos ventos da mudança. Na verdade, eles têm se transformado profundamente, e o aumento da informalidade é apenas a face mais visível e mais desagradável desse fenômeno.⁶ Talvez, mais do que qualquer outro, esse fator ajude a explicar a timidez das políticas de liberalização nesta área.

4 Para uma argumentação crítica competente cf. Alicia H. Munnell (1999).

5 “A passagem da provisão pública de seguridade social obrigatória [...] à provisão pelo mercado [...] deslocou o discurso da política de seguridade social das questões de justiça social, inclusão e igualdade de oportunidades para questões relativas à demarcação das responsabilidades financeiras públicas e privadas”.

6 Para citar apenas um trabalho – pouco conhecido no Brasil – na copiosa literatura a respeito do tema, remetemos o leitor a Dabashi Bhattacharjee (1999). O tema da informalidade tem dominado boa parte da discussão sobre o mercado de trabalho no Brasil. Para uma análise comparativa no marco latino-americano, confrontar Oscar Altimir (1997, p. 3-30) e Emílio Klein e Victor Tockman, (2000, p. 7-30).

2

REFORMAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES

Se tomarmos como referência o momento de consagração do discurso das reformas estruturais, os países estudados na pesquisa antes referida podem ser classificados em três grupos: reformadores precoces (Chile, Argentina e Turquia) retardatários (África do Sul, Brasil, Colômbia, Coreia, Egito, Etiópia, Índia, Sudão e Zâmbia) e intermediários (os demais), com única exceção do Irã, que se manteve à margem do movimento de liberalização econômica nos anos 1990.⁷

Entre os países do primeiro grupo, o Chile é o que mais se sobressai. Formulada e conduzida, a partir de 1975, por equipe de economistas doutrinariamente orientados, a reestruturação da economia chilena foi percebida, desde o início, como teste crucial pelos defensores, até então ainda marginalizados, do neoliberalismo.⁸ Tendo iniciado o seu primeiro experimento liberal-reformista pouco depois da instalação da Junta Militar, em 1976, a Argentina tem lugar garantido nesse grupo. A Turquia parece constituir um caso-limite: com medidas de abertura comercial introduzidas, já em 1980, como núcleo do programa de liberalização do ministro Turgut Özal, que rompia com a ideologia do “estatismo” – quadro de referência normativo das políticas econômicas no país desde a década de 1930 –, a Turquia se aproxima dos seus colegas de grupo. Mas deles se distancia pelo caráter limitado das iniciativas propostas e pela maneira relativamente moderada com que foram perseguidas.

Entre os “reformadores tardios”, o caso extremo é o da África do Sul. Excepcional pela natureza racial da intervenção do Estado na economia – subordinação dos instrumentos de política econômica ao imperativo de reforçar o sistema do Apartheid –, a despeito de algumas medidas de liberalização financeira no fim da década de 1980, é sob o governo do ANC (Congresso Nacional Africano) que o tema da reforma econômica ganha centralidade. Isso se dará, em 1996, com a oficialização das metas e das recomendações contidas no Growth, Employment, and Redistribution (Gear), documento programático oriundo do Ministério das Finanças: disciplina fiscal, combate à inflação, estímulo às exportações – por meio da liberalização cambial, da privatização e da criação de um ambiente favorável ao investimento externo.⁹

7 Cf. Trade and Foreign (2001).

8 Sobre a primeira fase das reformas no Chile e a orientação ideológica de seus condutores confrontar, entre outros, Alejandro Foxley (1988).

9 Sobre a trajetória sul-africana em direção às políticas de liberalização econômica, baseamo-nos em Ronaldo Munck (1994, p. 205-217) e Nicoli Natrass (1994, p. 219-225) e Patrick Bond (2000).

No grupo intermediário – países que tomam, com maior ou menor relutância, o caminho das reformas durante a década de 1980 –, vamos encontrar situações muito diferenciadas. De um lado, os países asiáticos (todos, exceto a Coreia e a Índia): Filipinas (1986); Indonésia (1988); Malásia (1988); Paquistão (1988); Tailândia (1986). De outro – excluído o Irã –, os grandes exportadores de petróleo: Argélia (1984), Nigéria (1986), Venezuela (1989). O México (1986), que na época tinha o petróleo como principal produto em sua pauta de exportações, também integra esse grupo. A convergência entre esses países é notável: quase todos operam mudanças estratégicas em seus modelos de política econômica a curto espaço de cinco anos: de 1984 a 1988 – a Venezuela fica no limite, a reviravolta dada pelo recém-eleito Andrés Perez acontece em fevereiro de 1989. Dois elementos ajudam a esclarecer a coincidência. Primeiro: a pressão intensificada dos EUA pela adoção generalizada do pacote de reformas, e a depressão nos preços do petróleo e de outras *commodities* em meados da década que fragilizou sobremaneira os governos dos países exportadores desses bens, tornando-os muito mais vulneráveis às pressões mencionadas.

O comentário anterior nos remete a outro aspecto importante: as condições em que se dá em cada país a opção pelas políticas de reformas. Vistos desse ângulo, esses países se diferenciam em dois grupos nitidamente distintos: o primeiro – que reúne a maioria deles – faz essa escolha em situação crítica, senão desesperadora, quase sempre sob o peso das condicionalidades cruzadas dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), de cujo apoio dependem para reconduzir suas economias a uma situação pelo menos aceitável – nessa categoria vamos encontrar muitos países da África subsaariana e casos bem conhecidos da América Latina. Outros parecem ter sido impelidos muito menos pelo sentimento de necessidade imperiosa e urgente e muito mais pela percepção das vantagens a alcançar com a mudança empreendida. Mesmo que esses países enfrentassem dificuldades econômicas por ocasião da mudança, estas eram relativamente brandas e logo seriam superadas – todos os asiáticos se aninham nesse grupo.¹⁰

“Precoces” e “retardatários”; “enfermos” e “saudáveis”. Entre os países estudados há ainda uma terceira diferença que deve ser salientada: trata-se do caráter contínuo ou descontínuo do processo de reformas. Embora envolvam, em seu início, um ato de vontade expresso pelas mais altas autoridades, reformas econômicas não são obras de governo: elas se alimentam do agir descentralizado de um sem-número de agentes econômicos e das estratégias perseguidas por atores políticos e sociais. Por isso, tendem a se estender no tempo, ultrapassando de muito o mandato dos governos que as introduziram. Mas como as reformas produzem efeitos contraditórios sobre os diferentes grupos na sociedade, e como seu êxito econômico e político não está nunca de antemão garantido, nem sempre isso acontece, como se pode constatar facilmente pela rememoração da experiência histórica de três países vizinhos: a Argentina, a Bolívia e a Venezuela.

¹⁰ O tema da relação entre crise e reforma econômica ocupa lugar de destaque na literatura especializada. Para uma boa apresentação dos argumentos em tela e uma estimulante análise comparativa de dois casos emblemáticos, confrontar Javier Corrales (1999, p. 3-29).



Menos dramáticas, descontinuidades marcam ainda a experiência das reformas liberalizantes na Argélia (1988-1989) e na Índia (iniciado em 1986, o programa foi interrompido em 1988, depois do assassinato de Rajv Gandhi, para ser retomado anos mais tarde por Narashima Rao, em 1991¹¹).

Em franca contraposição a esses casos, o Chile persevera no caminho das reformas há quase 30 anos, apesar da crise brutal que experimentou em 1982 e da transição política no fim dos anos 1980. Com mudanças e adaptações não desprezíveis, o Chile se destaca mais do que qualquer outro país de nossa amostra como exemplo de continuidade das políticas para o mercado.

Esse elemento está presente também na trajetória de muitos países, entre os quais o Brasil. Apesar da crise política que desembocou no *impeachment* de Collor de Mello, não houve solução de continuidade no processo de reformas: a abertura comercial, a liberalização financeira, as privatizações e outros itens de seu programa foram mantidos zelosamente fora da pauta de discussão durante a crise. Não surpreende, portanto, que as reformas liberalizantes continuassem presentes como pontos prioritários na agenda dos governos que lhe sucederam (VELASCO E CRUZ, 1997).

11 Esta observação telegráfica contém simplificação consciente. Como registra um estudioso da política econômica indiana, as reformas saem da agenda nacional, mas continuam avançando em Maharashtra, o estado mais rico da Federação. Cf. Rob Jenkins (1999, p. 10).

3

IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL E O PAPEL DO ESTADO. REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA

Falar de processos em curso é sempre arriscado. Mas o risco é muito maior quando nos propomos a excogitar sobre as consequências de um processo como este – a crise econômica global –, cuja característica mais notável é a ocorrência de deslocamentos bruscos, de intensidade máxima que tornam difíceis, ou mesmo ociosas, quaisquer tentativas de projeção.

Ora, se a crise está em curso e se o seu ritmo e contornos permanecem indefinidos, como falar em consequências da crise?

Não há como responder de forma cabal a essa pergunta, mas podemos tomar algumas precauções, a fim de minimizar o risco do empreendimento.

A primeira coisa a fazer, nos parece, é observar os acontecimentos da conjuntura em perspectiva de longo prazo. A segunda providência útil é distinguir as consequências diretas (o impacto imediato da crise no comportamento das economias latino-americanas) das consequências indiretas (efeitos encadeados, nos quais economia e política se combinam de forma indissociável).

Quando contemplamos a experiência de reformas econômicas na América Latina em seu conjunto, a avaliação que fazemos é mista, na melhor das hipóteses. Nos marcos institucionais conformados por essas reformas, rompeu-se o padrão de inflação muito alta, que por muitas décadas caracterizou o modo de operação de grande parte das economias no continente; ampliou-se o fluxo de comércio com o exterior; introduziu-se uma disciplina inédita nos gastos públicos e produziu-se modernização importante nos aparelhos produtivos de muitos países.

A propósito, cristalizou-se uma lógica de gestão das políticas econômicas que parecia condenar os países latino-americanos a conviver com taxas de crescimento relativamente baixas, em economias muito vulneráveis às oscilações das conjunturas internacionais. E não é só isso. Uma lógica que cristalizava em nossas economias padrões de funcionamento muito pouco compatíveis com a aspiração de alcançar as condições

características das economias desenvolvidas comum às nossas elites, às classes médias e aos amplos segmentos das classes populares.

Em quase todos os países assistimos nesse período a uma acentuada transferência de ativos a grupos estrangeiros, a uma perda importante no peso relativo da indústria e, em alguns deles, a uma involução na pauta das exportações, com uma queda paulatina da participação dos bens mais dinâmicos e de maior valor agregado.¹²

O contraste com a Ásia Oriental é eloquente. Não se trata apenas do maior dinamismo econômico desses países. Com diferenças notáveis, por certo, eles realizam, todos, um movimento de *up grading* em direção à economia de conhecimento. O mesmo fato não acontece em nossa região, sendo muito reduzido, em termos absolutos e relativos, o investimento em ciência e tecnologia na região – o Brasil destaca-se como exceção parcial a essa generalização.¹³

Se os resultados econômicos alcançados foram frustrantes, o balanço social do período das reformas foi muito mais. É verdade, como indicam os dados mais confiáveis, houve no continente alguns avanços – as taxas de analfabetismo caíram; a escolaridade aumentou em todos os níveis; a desnutrição diminuiu e a expectativa de vida ao nascer é por toda parte maior hoje do que no passado. Houve também progressos inegáveis no combate à pobreza e à indigência. Mas esses desenvolvimentos são contrabalançados por outras mudanças que vão a sentido contrário: a desocupação urbana aumentou acentuadamente; também se agravou a precariedade ocupacional, com queda expressiva da proporção do emprego assalariado na população economicamente ativa (PEA); os rendimentos médios do trabalho assalariado sofreram deterioração clara e a cobertura da proteção social contraiu-se. Ao fim e ao cabo, a América Latina continua como a região mais desigual do mundo, com aproximadamente 210 milhões de pobres, mais de 80 milhões de indigentes e uma diferença obscena entre a renda e os estilos de vida desfrutados pelos 10% mais ricos e aqueles dos 10% mais pobres (CEPAL, 2006).

Os conflitos sociais derivados de tal estado de coisa são endêmicos em quase todos os países e, em alguns deles, traduziram-se em situação de crises políticas agudas e abertas, como na Bolívia, no Equador, na Venezuela e, ainda há pouco, na Argentina. Com variações de graus por todo o continente, o resultado desses 20 e tantos anos de reformas neoliberais é um tecido social esgarçado, em que a lei não alcança os poderosos e não chega a proteger os mais fracos; em que a criminalidade se expande irrefreadamente; sociedades que conseguem manter certo grau de coesão – algumas mais do que outras –, mas que não parecem capazes de

12 O México parece ser uma exceção. Como revelam as estatísticas, o peso dos produtos dinâmicos em sua pauta de exportação tem aumentado. Esses dados, porém, devem ser vistos com extrema cautela. Se eliminadas as duplas entradas, que expressam o elevado grau de integração com a economia dos Estados Unidos da América (EUA), resultados seriam bem mais medíocres.

13 INDICADORES DE CIÊNCIA Y TECNOLOGIA.

oferecer imagem inspiradora de futuro a seus jovens. O fenômeno da emigração – novo para muito desses países, pensamos sobretudo no Brasil – tem muito a ver com esse fracasso.

Esses resultados decepcionantes vêm alimentando, desde meados dos anos 1990, a crítica ao chamado Consenso de Washington, que está na base das mudanças observadas na agenda das organizações internacionais. O espaço não permite dar a atenção devida ao tema, mas alguns registros são indispensáveis: **i)** em alguma medida, essas organizações se afastam, todas, da visão economicista prevalente no período prévio; **ii)** esse movimento foi impulsionado pelas sucessivas crises financeiras sobrevindas em diferentes regiões do mundo desde meados da década; **iii)** a distância que tomam da antiga ortodoxia varia consideravelmente – o FMI permanecendo bem mais próximo daquela visão do que o Banco Mundial, e este do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); **iv)** o elemento comum a todos é a integração da dimensão socioinstitucional nos diagnósticos e nas propostas, com a proposição de reformas ditas de “segunda geração”; **v)** algumas dessas organizações passam a dar prioridade aos temas da descentralização, da participação da sociedade civil e da democracia em suas formulações; e **vi)** dissemina-se nesses organismos o reconhecimento de que a efetividade e os resultados das políticas dependem dos contextos em que são implementadas, condições que variam de um país a outro – o que exclui a pretensão tão forte em passado recente de eleger um modelo de políticas como paradigmático.¹⁴

Mais importante para os nossos propósitos, porém, é a insatisfação popular que os resultados das reformas provocam. É ela que explica, em grande medida, a mudança de atmosfera produzida no continente desde o fim da década passada. Mudança cuja expressão mais conspícua é a eleição de governos de esquerda em tantos países. As circunstâncias que cercaram a vitória dessas forças variam muito de um caso a outro. Mas em todos eles vamos encontrar esse elemento comum: a reação, muitas vezes irada, produzida pelo sentimento de que as expectativas criadas pelo discurso das reformas – o qual pôde apoiar-se em um primeiro momento nos êxitos alcançados no *front* da estabilidade monetária – tinham sido desmentidas pela realidade.

Os governos de esquerda denunciaram esse discurso e afastaram-se – alguns mais, outros menos – das políticas que ele tinha inspirado. Ao fazer isso, colheram resultados importantes. Em alguns casos, como na Argentina e na Bolívia, reconstruíram economias devastadas por crises financeiras severas. Em quase todos, vamos observar avanços muito significativos nas políticas sociais. Eles foram favorecidos, porém, pelas condições excepcionais da economia mundial nos últimos cinco ou seis anos.

14 A literatura sobre o tema é vastíssima. Para reconstituição meticulosa do debate sobre as reformas na América Latina e uma interpretação abrangente de sua evolução, cf. Francisco Panizza (2009).

Ao mudar de forma tão acentuada o contexto em que esses governos operavam, a crise econômica internacional suscita a questão inquietante: como este continente que viveu em passado recente o trauma da moratória da dívida externa, da hiperinflação, da estagnação prolongada e da recessão profunda – depois de ciclos muito curtos de crescimento –, este continente mergulhado em uma crise social crônica e sacudido tantas vezes por crises políticas agudas, como vai se comportar diante de mais esse repto?

Filha das taras do sistema financeiro conformado nos países centrais nas últimas décadas, a crise chega a nós por vários caminhos: **i)** pelo corte abrupto das linhas de crédito, que afetaram imediatamente as exportações; **ii)** pela queda nos preços de produtos importante na pauta de exportação de nossos países; **iii)** pela queda acentuada no valor das remessas internacionais realizadas por trabalhadores migrantes – fator que afeta particularmente o México e os países da América Central; **iv)** pela queda na arrecadação fiscal; **v)** pela redução no ritmo de implantação de projetos em curso e suspensão de investimentos planejados – por causa da escassez de crédito e, sobretudo, da grande incerteza que paira sobre os cenários macroeconômicos; e **vi)** pela contração do consumo, em consequência do encolhimento do crédito e das incertezas das famílias quanto aos seus rendimentos a curto e médio prazos. O resultado agregado desses fatores é a retração severa do nível de atividade e o aumento do desemprego.

Diante desse quadro, os governos da região reagiram de forma típica: adotaram políticas fiscais e monetárias expansivas para reduzir o impacto da crise sobre o nível de atividade econômica e ampliaram o raio das políticas sociais – para sustentar a demanda e atenuar o impacto da crise sobre as condições de vida dos setores mais vulneráveis da população. Além disso, empregaram variada gama de mecanismos para proteger os produtores internos da concorrência internacional, percebida crescentemente como ameaçadora por muitos setores.

Os países variam muito nas condições que reúnem para desenvolver políticas contracíclicas como as descritas. No Brasil, o exercício delas foi facilitado pela existência de extensa rede de bancos públicos, pela acumulação nos últimos anos de vultosas reservas internacionais e, ironicamente, pelo elevado patamar em que se encontravam as taxas de juros antes da crise. O Chile foi favorecido pela constituição prévia de um fundo de estabilização que, na conjuntura da crise, permitiu a implementação de um programa de estímulo econômico estimado em 4 bilhões de dólares, que incluía programas públicos em infraestrutura e transferências de fundos à Corporação Nacional do Cobre do Chile (Codelco) para viabilizar novos planos de investimentos no setor (ANCOCHEA, 2009). Brasil e Chile: não por acaso seus presidentes vêm atravessando esse período crítico com taxas espetaculares de aprovação popular.

Em outros países, as restrições com que se deparam os governos são muito maiores. A Argentina é um deles. Tendo de administrar uma situação fiscal já delicada antes da crise, o governo Kirchner foi induzido a tomar

medidas de eficácia mais duvidosa com sabor amargo para amplos setores da população. Certamente, outros fatores terão contribuído significativamente, mas o agravamento do quadro econômico certamente terá ajudado a preparar o terreno para a derrota eleitoral que sofreu nas eleições legislativas de junho próximo passado.

A alusão a esses três países (Chile e Argentina com processos eleitorais este ano e o Brasil no ano seguinte) é oportuna, porque permite especificar melhor a pergunta formulada antes: pelo que se viu, foi muito amplo na América Latina o movimento de tomada de distância em relação ao modelo neoliberal de políticas econômicas. Esse movimento, mais pronunciado em alguns países do que em outros, foi efetuado por governos genericamente tidos como de esquerda, ainda que entre eles existam diferenças muito nítidas. Seu advento foi propiciado pelo esgotamento das políticas neoliberais. Agora, esses governos se veem na contingência de administrar nova crise. Nos próximos dois anos e meio, a América Latina será varrida por uma onda eleitoral, envolvendo sucessões presidenciais em 15 países. No plano das políticas econômicas, o que esperar de tudo isso?

Levando em conta as reservas formuladas no início deste tópico – no momento, as indicações a respeito do comportamento das principais economias do mundo parecem afastar o cenário sombrio da depressão global que há poucos meses, porém, parecia muito plausível –, devemos assumir o risco de terminar este documento com algumas conjecturas sobre desenvolvimentos futuros.

A primeira delas diz respeito à irreversibilidade de muitas mudanças verificadas nos últimos anos. Com essa fórmula, queremos sugerir que a hipótese do retorno do modelo neoliberal, com sua fé proclamada nas “soluções de mercado” para todos os problemas, deve ser afastada, mesmo se considerarmos a eventualidade de vitória de partidos conservadores em muitos dos países hoje governados por forças de esquerda, ou centro-esquerda, no continente. Esta afirmativa apoia-se em duas considerações: i) dos efeitos duradouros das políticas implementadas por esses governos nos anos precedentes – que alteraram a agenda das políticas públicas nos seus respectivos países, incorporando amplos segmentos sociais cujas demandas não poderão ser reprimidas sem que se tenha de arcar com um custo político exorbitante, incompatível até mesmo com as aparências mais superficiais da democracia representativa. Basta pensar o que significaria no Brasil a desativação de um programa como o Bolsa Família, ou, na Bolívia, o programa de distribuição de bônus para os alunos da rede escolar, o Programa Juancito Pinto; e ii) do efeito sobre a agenda das organizações multilaterais das sucessivas crises financeiras – e particularmente dessa última, que eclodiu nos centros nevrálgicos do capitalismo internacional, obrigando os governos dos países centrais a intervir no mercado de formas até então inconcebíveis. Por mais que, ao fim e ao cabo, os circuitos da acumulação financeira sejam preservados sem alterações institucionais mais profundas, é muito pouco provável que as propostas de expandi-los contem com o consenso que as beneficiou um dia.

A segunda e a terceira conjecturas põem em cena os efeitos indiretos da crise financeira – no terreno do debate econômico e no plano da política.

Podemos formular a segunda conjectura como um comentário à avaliação feita por Martin Wolf, logo após a decisão do Federal Reserve de resgatar o banco de investimento Bear Stearns, em março de 2008. Para o prestigioso articulista do **Financial Times**, esse ato marcaria o reconhecimento explícito, pelo “protagonista principal do capitalismo de livre mercado”, de que essa estava terminada.

A questão da autoridade de Martin Wolf para fazer um julgamento tão forte não tem o menor interesse. Mas o argumento que ele usa em seu apoio é relevante. Vale a pena escutá-lo.

Se os próprios Estados Unidos se afastam do modelo da desregulamentação financeira, esse fato vai ter amplas implicações globais. Até recentemente, era possível dizer aos chineses, aos indianos ou àqueles que sofreram crises financeiras significativas nas últimas duas décadas que havia um sistema financeiro ao mesmo tempo livre e robusto. Esse não é mais o caso. Será realmente difícil persuadir esses países de que as falhas de mercado que se manifestaram nos Estados Unidos e em outros países ricos não são uma advertência horrível. Se os EUA, com sua vasta experiência e todos os seus recursos, foram incapazes de evitar aquelas armadilhas, por que, eles não de indagar, devemos acreditar que nos sairemos melhor? (WOLF, 2008) tradução livre do autor.

Esse trecho foi escrito no longínquo primeiro trimestre do ano passado, muito antes dos cataclismos que abalaram o sistema financeiro internacional e levaram os governos de todo o mundo a intervir de forma muito mais profunda e brutal no mercado. À luz desses acontecimentos, a ideia de que o modelo prévio possa vir a ser apresentado novamente aos países em desenvolvimento como receita certa para o sucesso parece carente de qualquer plausibilidade. Ainda que as forças interessadas nesse programa continuem poderosas, elas não conseguem mais produzir o consenso mínimo para lhe dar efetividade.

Mas não é tudo, a crise financeira internacional vem reforçar significativamente uma tendência de redistribuição de poder relativo entre os Estados, que já se operava de forma visível antes dela, em suas duas faces: o deslocamento do eixo econômico em direção ao Oriente – Índia incluída; e o relativo enfraquecimento dos Estados Unidos no terreno geopolítico, em virtude dos fracassos acumulados no Iraque e no Afeganistão e da crescente autonomia exibida por potências rivais. Ora, como pudemos ver neste estudo, a construção e a reconfiguração da ordem econômica internacional depois da Segunda Guerra foram realizadas sob a liderança dos Estados Unidos. O fato de esta liderança encontrar-se em causa no presente é um motivo adicional para julgar pouco provável a reimposição de um modelo único de política econômica, que faça tabula rasa das mudanças – nacionalmente diferenciadas – que estão a ocorrer no papel do Estado.

REFERÊNCIA

ALTIMIR, O. Desiguald, Empleo y Pobreza en América Latina: Efectos del Ajuste y del Cambio en el Estilo de Desarrollo. **Desarrollo Económico**, v. 37, n. 145, p. 3-30, 1997.

ANCOCHEA, D. S. Crecimiento y cohesión social. El modelo económico en América Latina desde los años 90 has la Gran Crisi Un modelo razonable o un fracaso liberal? **Revista CIDOB d’Affers Internacials**, 85-86, p. 134-155, 2009.

BHATTACHERJEE, D. **Organized Labour and Economic Liberalization. India: Past, Present and Future**. Geneva, Ilo: International Institute for Labour Studies, 1999 (Discussion Paper n. 105).

BOND, P. **Elite Transition. From Apartheid to Neoliberalism in South Africa**. London; Pietermaritzburg: Pluto Pres; University of Natal Press, 2000.

BOWMAN, J. R. **Capitalist Colective Action. Competition, Cooperation and conflict in the Coal Industry**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BRUNE, N.; GARRET, G.; GUISENGER, A.; SORENS, J. **The Political Economy of Capital Account Liberalization**, 2001. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. San Francisco, August 31, p. 12 e 13, 2001.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 2006.

CORRALES, J. Contribuyen las crisis económicas a la implementación de reformas de mercado? La Argentina y Venezuela en los 90. **Desarrollo Económico**, v. 39, n. 153, p. 3-29, 1999.

DIXON, J.; KOUZMIN, A. The Privatization of Social Security: Governance Challenges of Partnership Provision. **Asian Review of Public Administration**, Vol. XIII, n. 1, p. 54-68, 2001.

FOXLEY, A. **Experimentos Neoliberales en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HELLEINER, E. **States and The Reemergence of Global Finance**. From Bretton Woods to the 1990s. Ithaca; London: Cornell University Press, 1994.

INDICADORES DE CIÊNCIA Y TECNOLOGIA Actualizados al año 2007. **Rede de Indicadores de Ciência y Tecnologia (RICYT)**. On-line.

JENKINS, R. **Democratic Politics and Economic Reform in India**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KLEIN, E.; TOCKMAN, V. La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización. **Revista de la Cepal**, n. 72, p. 7-30, 2000.

KOLKO, G. **The Triumph of Conservatism. A Reinterpretation of American History, 1990-1996**. New York: The Free Press, 1963.

MUNCK, R. South Africa: The great economic debate. **The Third World Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 205-217, 1994.

MUNNELL, A. H. Reforming Social Security. The Case Against Individual Accounts. **National Tax Journal**, 1999. On-line.

NATTRASS, N. South Africa: the economic restructuring agenda – a critique of the MERG report. **The Third World Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 219-225, 1994.

PAINE, T. **The Rights of Man**. Harmondsworth: Penguin Books. 1969.

PANIZZA, F. **Contemporary Latin America. Development and Democracy Beyond the Washington Consensus**. Londo; New York: Zed Books, 2009.

RODRIK, D. Credibility of Trade Reform: a Policy Maker's Guide. **The World Economy**, v. 12, n. 1, 1989.

VELASCO E CRUZ, S. C. O Impeachment: Uma Crise Singular. In: _____. **O presente como história. Economia e política no Brasil pós-64**. São Paulo: IFCH/Unicamp, 1997 (Coleção Trajetória 3).

_____. **Trajetórias. Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

WOLF, M. The rescue of Bearn Stearns marks liberalisation's limit. **Financial Times**, 25 mar. 2008.

TRADE AND FOREIGN exchange Policies. In: IRAM. **Reform Agenda, Economic Implications And Impacto On the Poor**. Social and Economic Development Group. Middle East and North Africa Region. Report n. 22.953-IRN, World Bank, 2001.

